

“O TEMPO NÃO PERMITE MAIS E FICO COMO QUER”: A MULTIFUNCIONALIDADE DO JUNTOR “E” NO GÊNERO EPISTOLAR COMERCIAL DO SÉCULO XVIII

Juliana Pereira Guimarães (UFRJ)

julianaguimaraess@outlook.com

Luiz Palladino Netto (UFRJ)

luizpalladino@letras.ufrj.br

RESUMO

O trabalho em questão focaliza um tipo de fonte documental não literária, tendo em vista a capitalização de conhecimento sobre o português de setecentos: a carta de mercadores, situada em termos da taxonomia tipológica, na esfera da administração privada. O *corpus* selecionado, transcrito com rigor filológico, no perfil diplomático-interpretativo, de acordo com os parâmetros de um projeto mais amplo, o PHPB, é uma contribuição para iluminar, pois, uma fase linguística de transição. Segundo Bechara (1995), o século XVIII tem “contornos importantes para o historiador do idioma”, pois começa a assinalar um maior afastamento entre as duas modalidades diatópicas, a europeia e a brasileira. Esta investigação tenciona apresentar um mapeamento do esquema de combinação paratática com o juntor polifuncional “e” dessa fase da língua. Com efeito, um gênero tão vasto como a carta, por certo, manifesta heterogeneidade interna considerável em seus padrões composicionais de juntura. Um esquema, pois, como a junção, pode agregar-se como um aspecto objetivo para o estabelecimento de uma tipologia textual mais rigorosa, bem como fornecer evidências substantivas sobre essa “demasiado inexplorada” variedade linguística (CASTRO, 1996, p. 140). A abordagem apresentará alguns resultados preliminares, quantitativos e qualitativos, após a revisão do tema, na literatura. Nota-se em princípio, o apelo mais proeminente à sequencialidade aditiva, para assegurar a progressão textual. Como a presença do juntor é a mera face da construção, verificam-se relações semânticas que exigem mais cálculo de sentido do interlocutor, por “inferências contextuais e cotextuais” (KOCH, 1993, p. 406), como codificações por implicitude de contraste, conclusão, causa–consequência. Por fim ressalte-se que as evidências demonstram que limites estritos da arquitetura sintática – parataxe e hipotaxe – não se justificam também na fase linguística em questão.

Palavras-chave:

Epistolografia. História. Crítica Textual. Língua portuguesa.

1. Introdução

O português setecentista constitui uma fase que ainda conta com poucas pesquisas que permitam caracterizá-la. Embora se reconheça que esse período apresenta traços importantes para a caracterização do português, por exemplo, o distanciamento entre a variedade do português europeu e do português brasileiro, poucos estudiosos querem estudá-lo.

Tendo em vista a complexidade na busca de documentos e de dados e a necessidade de se estabelecer uma tipologia inexistente, como também hipóteses para fenômenos encontrados, impõe-se uma investigação com mais vagar.

No século XVIII, a missiva comercial ganha o sentido de correspondência privada, pois passa a ser o meio pelo qual os comerciantes se comunicam sobre suas transições comerciais, assim como assuntos diversos. A missiva também representa dois aspectos importantes que são a habilidade de ler e escrever dos missivistas.

Estudiosos da língua abordam o fenômeno da multifuncionalidade do juntor “e”, pois esse revela outras possíveis funções além de adição nas construções paratáticas.

A pesquisa seguiu o referencial teórico-metodológico da Crítica Textual, como vista em Cambraia (2005), o Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) e Barbosa (1999). Primeiramente, leram-se as edições fac-símiles das missivas e depois se transcreveu o conteúdo. Seguidamente, procedeu-se à edição diplomático-interpretativa, com rigor filológico.

As missivas foram endereçadas ao megacomerciante Antonio Esteves Costa (1764-1837) por diversos remetentes. Na leitura da edição diplomático-interpretativa das 30 missivas comerciais do século XVIII, encontrou-se a recorrência do esquema de combinação paratática com o juntor polifuncional “e”.

A análise desse fenômeno seguiu-se a orientação metodológica de Longhin-Thomazi (2013). Para o levantamento das ocorrências, consideramos apenas as relações de sentido das construções paratáticas.

Os objetivos da pesquisa dividem-se em quatro objetivos, sendo eles: O objetivo histórico-linguístico consiste na capitalização do conhecimento sobre o português de setecentos, em um tipo de fonte documental não literária. O objetivo filológico constitui-se da leitura e transcrição de edições fac-símiles, bem como a elaboração de edições diplomático-interpretativo, com rigor filológico, consoante aos parâmetros do PHPB, e ao referencial teórico-metodológico Cambraia (2005). O objetivo linguístico compreende a verificação da polifuncionalidade do juntor “e”, assim como as relações sintático-semânticas possíveis na literatura linguística sincrônica e diacrônica. E por fim, o objetivo textual-discursivo abrange a observação do gênero epistolar na sua heterogeneidade interna

considerável em seus padrões composicionais de juntura. E também oferecimento de subsídios para o estabelecimento de uma tipologia textual mais rigorosa.

2. *A importância do Português setecentista*

O português de setecentos constitui-se, ainda, uma fase obscura da língua, da qual se tem pouquíssimo conhecimento, e caracteriza-se pela falta de estudos suficientes que permitam demarcar seriamente o português.

Nesse sentido, esse português consiste, pois, consoante Netto (2009, p. 34) um “terreno muito pouco percorrido e mapeado [...] com problemas e incógnitas remanescentes, com limitados documentos reportariados e filologicamente estudados, com debates interpretativos ainda por serem levados a efeitos [...]”. Portanto, o recorte que, em especial, interessou à investigação situa-se na transição entre o português clássico e o moderno, em fins de setecentos.

Segundo Bechara (1995), o século XVIII tem contornos importantes para o historiador do idioma, pois começa a assinalar um maior afastamento entre as duas modalidades diatópicas, a europeia e a brasileira.

Constata-se, ainda, no entanto, o campo do *ignoramos* no que se refere ao período. Por isso, Castro (1996) ressalta esse desfavor:

Quem quiser estudar tem de se resignar a fazer de cabouqueiro, desenterrando penosamente os seus documentos, peneirando os dados, organizando uma taxonomia inexistente e, se ainda tiver coragem e tempo de vida, formulando hipóteses interpretativas que ficarão à espera de um debate crítico só possível se outros investigadores se transviarem pelos mesmos terrenos. (CASTRO, 1996, p. 136)

Os pesquisadores da língua privilegiam outras épocas históricas, ou outras fases linguísticas, que são menos dependentes de *corpora* textuais trabalhosamente construídos, como por exemplo, os séculos XVI e o XIX.

Justifica-se, assim, uma investigação para capitalizar conhecimento sobre o português de setecentos. Castro (1996, p. 137) chega a dizer: “que é imperioso estudar mais extensamente o português clássico e a passagem para o moderno não precisa ser argumentado”.

3. *Caracterização da missiva comercial setecentista*

A carta do comércio, ora em questão, se situa na macrocategoria dos manuscritos privados, que, por sua vez, pode ser desmembrado em três: administração pública, privada e pessoal. Os textos privados, conforme Barbosa (1999) são mais permissíveis à realidade dos indivíduos, atraentes às situações de trocas comerciais e, por isso mais propensos às situações diversas.

Pessoa (2002) destaca que a carta era, até o século XVIII, um gênero básico e que nesse período assume um caráter de correspondência privada e passa a constituir uma espécie de telefone da época, representando a habilidade de ler e escrever dos missivistas.

Dentro da microcategoria “Administração Privada”, revela-se um tipo de texto menos elaborado e / ou cuidado, considerando-se as “marcas de oralidade”. Adotam-se como marcas de oralidade, os índices grafo-fonéticos, que representam que os missivistas escreviam como falavam e desconheciam convenções gramaticais de ortografia.

A *junktion*, consoante Kabatek (2006) é uma dimensão universal da linguagem segundo a qual podem sistematizar-se os diferentes elementos e as diferentes técnicas linguísticas para juntar ou combinar elementos proposicionais. As relações semânticas expressas pelos elementos juntores seguem uma escala cognitiva de complexidade crescente. Essas relações podem ser implícitas ou ter representação por meio de juntores. O objetivo do esquema de junção é oferecer uma classificação dos juntores numa língua, no que cada juntor é localizado com duas coordenadas.

Kabatek (2006) ressalta a importância da juntura como um parâmetro para a tipologia textual, pois existe uma relação entre os juntores encontrados em um texto e a Tradição Discursiva (TD) à qual ele pertence. Os esquemas de junção e a frequência relativa são sintomas para determinar a TD a que um texto pertence. Nos textos jurídicos medievais eram caracterizados pela TD direta, oral e escrito com elementos de junção mínimos, frases curtas, nomes e verbos com “e” em frequência muito alta.

4. *Revisão de Literatura: a parataxe e a polifuncionalidade do juntor “e”*

A parataxe consiste no mecanismo de relação entre orações, em que se necessita da interpretação semântica das estruturas. Trata-se de uma sintaxe menos explícita, mas não de uma sintaxe menos complexa.

O modo de junção paratático pode ser classificado como *táksis* (ordem, classe, ordenamento) e *para* (“ao lado de”). De acordo com Bagno (2011) o termo “coordenação” é a tradução latina do grego *parataxe*.

Conforme Longhin Thomazi (2013) em uma relação paritária as orações são funcionalmente autônomas. A presença do juntor é somente uma face da construção, o qual possui funções múltiplas nas arquiteturas paratáticas.

Rocha Lima (1975) assume que na esfera dos morfemas de coordenação, cabe ao *e*, pela extensão e frequência de seu uso, o ofício dos mais relevantes. A partir do seu valor primário aditivo, alargar-se-lhe a área significativa por contaminação de elementos que seria lícito chamar para-coordenativos – os advérbios de enlace, a entoação, as pausas melódicas – tudo a gerar, em função do contexto, um efeito de sentido especial.

Diante disso, apresenta três valores para “e”: o valor temporal, aquele imediatamente solidário do valor básico aditivo; o valor opositivo que se adiciona vem não raro corrigir, contradizer, ou anular aquele que o precede; o valor iniciador que figura como partícula estrutural para estabelecer transição entre parágrafos com papel formal por excelência. O “e” avulta em carga afetiva, desbotadas já as suas características fundamentais de liame intra-oracional e interoracional.

Consoante Cunha e Cintra (2007), certas conjunções coordenativas podem, no discurso, assumir variados matizes significativos de acordo com a relação que estabelecem entre os membros (palavras e orações) coordenados. Assume-se que a conjunção “e” pode ter os seguintes valores: aditivo, conclusivo, final, consecutivo, explicativo, enfático, introdutor de intensidade afetiva e valor paralelístico.

Nessa acepção, Bechara (2007) assevera que muitas vezes, graças ao significado dos lexemas envolvidos na adição, o grupo das unidades coordenadas permite-nos extrair um conteúdo suplementar de “causa”, “consequência” e “oposição”, etc. Estes sentidos contextuais, importantes na interpretação do texto, não interessam nem modificam a relação

aditiva das unidades envolvidas, por exemplo: Rico e desonesto (Rico, mas desonesto)

Matos e Raposo (2013) assinalam que apenas o juntor “e” permite interpretações e nem todos os valores são facilmente discerníveis. Por isso, optam por mencionar apenas os mais evidentes, os valores adversativos, conclusivo, condicional e temporal.

Nessa perspectiva, Matos (2003) aponta que para além dos valores prototípicos, as conjunções simples podem assumir outros consoantes o potencial semântico dos termos coordenados. Esses valores são usualmente considerados como cumulativos, no sentido em que o valor prototípico inicial nunca é totalmente erradicado. Os exemplos utilizados pela autora são: “Ela é inteligente e não esperta. (contraste); Às oito da noite, a Ana janta e vê o telejornal na televisão. (temporal de simultaneidade)”. E percebe que a distinção entre conjunções e conectores nem sempre é estabelecida nos estudos gramaticais. Como exemplo: “Veio com a intenção de falar com você e depois falaria com os outros.” (temporal).

5. *Procedimentos metodológicos*

Inicialmente, foram examinadas as edições fac-símiles das missivas e realizou-se a transcrição do conteúdo. Em seguida, procedeu-se à edição diplomático-interpretativa, com rigor filológico, de acordo com os parâmetros do Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) e Barbosa (1999).

De acordo com as Normas para transcrição dos manuscritos do Século XVIII¹, a edição diplomático-interpretativa busca “um ponto de equilíbrio entre o desejo de indicar hábitos gráficos da época e o de oferecer um texto de fácil leitura para o leitor contemporâneo não-especialista. Nesse sentido, Cambraia (2005) pondera que a edição diplomático-interpretativa se baseia no *grau médio de mediação*, já que no processo de reprodução do modelo se realizam modificações: decodificações de sinais abreviativos, inserção ou supressão de elementos por con-

¹ Os critérios empregados resultam da combinação entre a orientação geral do Professor Doutor Ivo Castro e as “Normas para transcrição de documentos manuscritos” definidas pela comissão especial sob a presidência do Professor Doutor Heitor Megale do “Projeto Para a História do Português Brasileiro”.

jecturas, dentre outras. O objetivo dessas operações é justamente o de facilitar a leitura do texto ao público menos especializado.

As missivas transcritas fazem parte de um *corpus* mais amplo que se encontra na caixa de manuscritos 224 da seção “reservados”, da Biblioteca Nacional de Lisboa. Cerca de 470 missivas foram trazidas em cópias xerográficas de Portugal pelo Professor Doutor Afrânio Barbosa, que utilizou cerca de cem delas em seu doutorado. As missivas foram endereçadas ao Antonio Esteves Costa, por diversos remetentes. Antonio Esteves Costa (1764-1837, “solteiro e sem geração”, em Lisboa), Barão e mais tarde elevado a Visconde das Picoas, títulos que lhe foram outorgados por D. Miguel, em 1831, e D. Maria II, em 1835, respectivamente, nesta época, no auge de uma rede mercantil, um pouco à margem do movimento de centralização promovido pelo aparelho administrativo da coroa portuguesa. Comendador da Ordem de Cristo e diretor do Banco de Portugal, foi um “opulentíssimo capitalista e proprietário em Lisboa”. A mãe de AEC, Dona Maria Joana da Costa, era proprietária da Casa das Terças, situada na freguesia de Santiago da Faia (cabeceira de Basto), terra natal de AEC. As atividades deste megacomerciante se inscreveram nos três espaços econômicos que estruturam as atividades comerciais do antigo regime: o metropolitano, o ultramarino e o luso-bra-sileiro. (sobre AEC: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. v. XXI, p. 593)

Posteriormente, realizou-se a leitura da edição diplomático-interpretativa das 30 missivas comerciais do século XVIII redigidas em Portugal, Brasil e outras localidades, a fim de buscar um fenômeno linguístico recorrente. Desse modo, constatou-se o esquema de combinação paratática com o juntor polifuncional “e”. E a partir de então, verificaram-se as relações semânticas de adição, contraste, conclusão, causa-consequência e iniciador de discurso, que exigem mais cálculo de sentido do interlocutor, por inferências contextuais e contextuais. O trabalho seguiu orientação teórico-metodológica de Longhin-Thomazi (2013). Para o levantamento das ocorrências, consideramos apenas as relações de sentido das construções paratáticas.

6. Resultados: As paratáticas no *corpus*

Foram encontrados, no total de 144 estruturas paratáticas nos *corpora*. As paratáticas de adição com total de 60 ocorrências, as paratáticas

de tempo com 8, as paratáticas de causa² com 37, as paratáticas de contraste com 18 e o valor de iniciador com 21.

Cartas	Adição	Tempo	Causa	Contraste	Iniciador
Brasil	27	2	17	8	6
Portugal	21	3	12	8	7
Outras localidades	12	3	8	2	8
Total	60	8	37	18	21

Tabela 1: Mapeamento geral e quantificação dos juntores.

7. As paratáticas de adição

De acordo com o trabalho pioneiro de Dias (1954), a conjunção copulativa (positiva) é “e”. Com “e” pode concorrer expressões conclusivas por imitação pode ocorrer na literatura “e” equivalendo a inclusivamente. Nessa perspectiva, Silva (1993) assume que a coordenação por excelência é do tipo aditivo ou copulativo e a conjunção que a expressa é o “e”. Na documentação do período arcaico o “e”, ligava frases.

Já em uma visão mais recente, Matos e Raposo (2013) asseveram que as coordenadas copulativas ou aditivas têm o valor semântico fundamental de adicionar duas ou mais unidades. O valor semântico da adição efetivado por uma coordenação copulativa pode ser de dois tipos: adição de proposições e adição de entidades ou de propriedades.

Outra propriedade copulativa que distingue semanticamente a conjunção *e* das outras conjunções copulativas é que apenas “e” permite interpretações. Por sua vez, Longhin-Thomazi (2013) considerou a alta frequência das aditivas e não as incluiu em sua investigação.

7.1. Exemplo de paratáticas de adição no corpus

- (01) Escrevi a Vossamerce e lhe participei o que havia Paçado e que Contace que sahia em 6 de Setembro [C1/L.4-5] [Brasil]
- (02) etenho quepa-gar aos tanueiros que anda por tritae-tantos mil reis e tenho demandar buscar sal eseis os para azeitona [C3/L.6-9] [Portugal]

2 O Longhin-Thomazi (2013) engloba as paratáticas de explicação e conclusão como “Causa”.

- (03) [...] espero de receber a sua determinação a este respeito e juntamente se ao reme- ter do Conhecimento[...] [C.4/L.14-16] [Outras Localidades]

7.2. As paratáticas de tempo

Longhin-Thomazi (2013) ressalta que dentre das possíveis relações temporais, as paratáticas se caracterizam pela sequencialidade: uma relação entre o evento anterior e o evento posterior no tempo, fundada na ordem icônica dos eventos no mundo ou em faces de expressões coesivas adverbiais (depois, então, etc).

Nesse sentido, Matos e Raposo (2013) afirmam que a ordem segmentável das orações coordenadas pela conjunção “e” denota a ordenação linear pode traduzir-se numa ordenação temporal. A ordenação temporal dos acontecimentos, quando denotam situações que são, pelo seu conteúdo, facilmente entendidas como sequenciais.

7.2.1. Exemplo de paratáticas de tempo no corpus

- (04) [...] comprara outra Canoa para os conduzir a esta Cidade, e-
que hade partir no ultimo deste mez [...] [C.7/ L. 9-10] [Brasil]
- (05) [...] hoje findou o *tempo* e logo sepassa mandado aSacar os Autos[...] [C.9/ L.9-10] [Portugal]
- (06) [...] faça isto com amaior brevidade posivel edando-me avizo detudo o mais breve [...] [C.25 /L.15-16] [Outras localidades]

7.3. As paratáticas de causa

Vilela e Koch (2001) apontam que a conjunção coordenativa “e” pode ter os valores de causa e efeito, consequência ou resultado, equivalendo a “por isso”. Longhin-Thomazi (2013) entende causalidade como um domínio altamente polissêmico que na linguagem resulta em construções linguísticas estritamente binárias, que se desdobram na expressão dos sentidos de causa, efeito, razão, explicação, justificativa, motivo e consequência. Tal complexidade pode ser notada em Matos & Raposo (2013:1793) tendo em vista, o exemplo: Acabei a tarefa que tinha em mãos “e” vou descansar. (conclusivo – por isso).

7.3.1. Exemplo de paratáticas de causa no corpus

- (07) [...] nao achou quem lhe desse letras a pagar nesta em *dinheiro* metálico, e me propoem Sacar em Sobre a Sua Caza [...] [C3/L. 23-25] [Brasil – Explicação]
- (08) [...] paguei aceifa do trigo efiquei sem dinheiro [C 11/L.17-18] [Portugal – Consequência]
- (09) [...] ainda naõ foi à Gazeta, e os Seus Amigos estaõ conferenciando [...] [C.3/L.20] [Causa – Outras Localidades].

7.4. As paratáticas de contraste

Em trabalho pioneiro, Dias (1954) já afirma que “e” para maior precisão poderia ter valor adversativo. Vilela & Koch (2001) determinam que há uma série de valores que “e” pode realizar-se contextualmente. Como o próprio valor adversativo.

Nesse seguimento, Lima (2013) considera que o termo que se adiciona vem não raro corrigir, *contradizer*, ou anular aquele que o precede e por esta via se transita para a ideia de oposição, com o conjução adversativa, concessiva e de contraste.

Consoante Longhin-Thomazi (2013) afirma que o índice que sustenta a relação de contraste das construções com “e” são: o paralelismo estrutural aliado à negação explícita; o paralelismo que emerge da estrutura argumental de um predicador; a *quebra de expectativas*, promovida por algum membro da construção.

Matos & Raposo (2013) ressaltam que o valor adversativo da conjução “e” que recebe uma interpretação idêntica à coordenação adversativa com “mas.”

7.4.1. Exemplo das paratáticas de contraste no corpus

- (10) [...] Sua Ordem he *para* Caixas eobrigue naõ Pode abarotar deCaixas [...] [C1/L.20-21] [Brasil – Quebra de expectativa]
- (11) [...] se *Vossamerce* gostar da*qualidade* mefavorecera, com as suas novas ordens, ese não gostar, pacien=cia [...] [C6/L.17-19] [Portugal – paralelismo estrutural ligado á negação explícita]

- (12) [...] medetreminei aseguir aviação domeu destino esendo pellas Ilhas fui aprezado [...] [C.5/L.6-7] [Outras localidades – quebra de expectativa].

7.5. Iniciador de discurso

Na documentação do período arcaico, segundo Silva (1993), além do “e”, ligar frases, corre como conector de enunciados, isto é, como encadeador do discurso. Em consonância, Neves (2000) indica que o “e” tem empregos que ocorrem em início de enunciado, isto é, em início de um novo ato de fala, em início de turno obedecendo a determinações pragmáticas. Como Vilela e Koch (2001) mencionam que a conjunção coordenativa “e” pode ter os valores de ênfase e de exortação, no início e desligado pré-texto.

Já para Cunha e Cintra (2007:596) o “e” pode iniciar frase de alta intensidade afetiva, com o valor próximo de interjeição, facilitar a passagem de uma ideia à outra mesmo que não relacionadas, que vem repetidas ritmicamente e fórmulas paralelística que imitam o chamado estilo bíblico. Castilho (2010) considera o “e” no início de enunciados discursivamente ativo. Tem propriedades sintáticas e discursivas.

7.5.1. Exemplo de iniciador de discurso no corpus

- (13) [...] quanto for apurando Vou Comprando Caixas. efique certo que não sahindo em 6 deSetembro sayo a21 do Setembro [C1/L.23-24] [Brasil]
- (14) [...] aqualidade seespera muito melhor, e em poucos dias espero receber *Vinhos* do Douro[...] [C.16/L.13-14] [Portugal]
- (15) [...] dei para os dois protegidos devossamerce; e inclusas acharas as licen- ças, que para os mesmos pede[...] [C4/ L.12-14] [Outras localidades]

8. Conclusão

Em determinados tipos de construções paratáticas, as relações de sentido são obtidas a partir de propriedades dos dois segmentos envolvidos. Nesse sentido, os juntores convencionais são apenas um dos fatores

que participam da construção do sentido. Para Longhin-Thomazi (2013) isso permite argumentar que a interpretação nas paratáticas é fortemente composicional, fundada no sentido que as partes têm isoladamente.

Para Kabatek (2006), *junktion* é uma dimensão universal da linguagem. O esquema da junção oferece uma classificação dos juntores de uma língua dada e permite observar sua evolução diacrônica, além disso, possibilita uma classificação textual com base em suas Tradições Discursivas (TD). Há relação entre os juntores que se encontram em um texto e a TD à qual o texto pertence. Os esquemas de junção e a frequência relativa são sintomas para determinar a TD a que pertence.

Reconheça-se, portanto, o quão importante é estudar diacronicamente o português, para que possamos compreender os fenômenos das fases anteriores da língua bem como os seus percursos até a fase contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas de comércio*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras. 1999. (Tese de doutorado).

BECHARA, Evanildo. Para o conhecimento da língua portuguesa no século XVIII: os comentários de Francisco Dias Gomes. In: *Para Segismundo Spina: língua, filologia, literatura*. São Paulo: Edusp/Iluminuras, 1995. p. 39-50

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Ivo. Para uma história do português clássico. In: *Actas do congresso internacional sobre o português*. Lisboa, Colibri/APL, 1996. v. II. p. 135-50.

_____. Formação da língua portuguesa. In: RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva et al. *Gramática do Português*. Coimbra: F. Calouste Gulbenkian, 2013. p. 7-14

CASTILHO, Ataliba Teixeira. Coordenadas aditivas. In: *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 349-51

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

DIAS, Augusto Epifanio da Silva. *Sintaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1954.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial. (Enciclopédico, s/ d. 40v. XXI, p. 593)

ILARI, Rodolfo. As conjunções. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Palavras de classe aberta*. Gramática do português culto falado no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015. p. 311-56

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Subsídios para o estudo da partícula "E"*. Rio de Janeiro: 1975.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléa R. O modo paratático de junção: considerações sobre o pareamento entre forma e significado. In: RODRIGUES, Violeta Virgínia (Org.). *Gramaticalização, combinação de cláusulas, conectores*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. p. 41-59

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, Tânia *et al.* *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. v. VI, t. II. p. 505-527.

MATOS, Gabriela. Estruturas de coordenação. In: MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: 2003.

MATOS, Gabriela. RAPOSO, Eduardo Brizaglo Paiva. Estruturas de coordenação. In: RAPOSO, Eduardo Brizaglo Paiva *et al.* *Gramática do português Lisboa*. FLG, 2013.p. 1759-820

NETTO, Luiz Palladino. *Uma edição de cartas de mercadores portugueses do século XVIII e o uso variável do artigo diante do possessivo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura Neves. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

PESSOA, Marlos de Barros. Da carta a outros gêneros in: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah. *Para a história do português brasileiro*. Rio de Janeiro: Fac. de Letras da UFRJ/ FAPERJ, 2002.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.

VILELA, Mário e KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.